

Notas sobre os estudos de cibercultura no Brasil: expansão e pendor

I

Há bom par de anos, o Brasil vê prosperar os estudos sobre cibercultura. O termo, tomado em larga acepção, concentra potencial semântico epocal: nomeia e caracteriza a era tecnológica atual, articulada por redes digitais. Centenas de pesquisadores, professores, pós-graduandos, alunos de graduação e profissionais acompanham de perto, com perplexidade e interesse teórico, a proliferação e enraizamento dessas redes na vida cotidiana. O crescimento desse campo de pesquisas é similar em centros de saber da maioria dos países (quer desenvolvidos, quer em desenvolvimento ou subdesenvolvidos) marcados pela informatização, pela interatividade e pela virtualidade. No caso brasileiro, a expansão, com efeito, não tem paralelo na América Latina (para citar apenas este continente). É fato histórico e científico inédito, em tudo frutífero, protagonizado por uma propensão multilateral, em geral não programada, mas também não inteiramente espontânea, de exploração cognitiva progressiva desse horizonte — um alargamento reflexivo comparável à produção bibliográfica em torno de aspectos histórico-epistemológicos, socioantropológicos, político-culturais e vitais tão díspares como o capital, a violência, o marxismo, o estruturalismo, o signo, o inconsciente, o imaginário social, a aids, o genoma, a clonagem, e assim por diante, em áreas relativamente determinadas do saber. Em inúmeras universidades da maioria dos Estados da federação, fundam-se e/ou se desenvolvem grupos de pesquisa, modulam-se estruturas curriculares de cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão, criam-se linhas de pesquisa em PPGs, consolidam-se grupos de trabalho em associações científicas, entre outras tendências expressivamente reveladoras, na qualidade de demanda instituída e multiplicada por compreensão e acompanhamento da metamorfose tecnológica da fase atual da civilização

mediática, de suas origens, de sua natureza e dinâmica, de suas contradições e vias de fuga, de seu *telos* e de suas consequências.

Na ponta mais madura desse processo autopoietico, em alentado exemplo de responsabilidade dividida e metas unificadas, vinte pesquisadores brasileiros, vinculados a treze Programas de Pós-Graduação, de sete Estados e de seis áreas de conhecimento (Comunicação/Semiótica, Ciência da Informação, Antropologia, Psicologia Social, Educação e Artes), em ato pioneiro, fundaram, em 27 de setembro de 2006, a ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (www.abciber.org), entidade científico-cultural interdisciplinar e sem fins lucrativos, destinada a nuclear, fomentar e consolidar, em âmbito nacional, o campo de estudos concernente. Centenas de professores, estudantes e profissionais já instauraram esferas públicas de discussão em dois simpósios nacionais e assim permanecerão fazendo.

A revista *Galáxia*, sensível ao livre debate sobre objetos emergentes e relevantes da vida social, política e cultural contemporânea, não poderia, obviamente, deixar de abrigar resultados textuais desse desdobramento científico, em dossiê ricamente constituído, com autores e temáticas, conforme sinopse no Editorial, assinado pelo Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado. Não bastasse o aspecto mencionado, ecoam razões para tal especial procedimento, que interessa à PUC-SP e a todas as universidades e instituições de ensino, à comunidade acadêmica de modo geral, aos movimentos sociais e ONGs perfilados na luta por afirmação de direitos, enfim, a toda a sociedade civil (organizada ou não), e que vale a pena pontuar, ainda que sucintamente, nos termos a seguir.

II

Do tracejado que vai da relevância dos estudos de cibercultura para o desenvolvimento intelectual e tecnológico do país e para a renovação da discussão sobre problemas sociais e culturais contemporâneos até a originalidade, consistência e atualidade das argumentações propostas a esse debate — aspectos expressos em diferentes perspectivas teórico-epistemológicas, tendências metodológicas, recortes objetivos e escalas de ponderação e criticidade —, ressalta, de longe, com efeito, nesse campo de conhecimento, a marca da defesa da liberdade como valor universal, tomada em sua especificidade mais honrosa: uma liberdade tão incondicional quanto possível, concreta em tudo, enraizada na vida cotidiana do sujeito, em seu campo próprio de existência, não a liberdade abstrata prevista no aparato jurídico e ideológico do Estado legado pela modernidade política dos dois últimos séculos — mister a ênfase: liberdade de acesso à tecnologia, à rede e à informação, liberdade de pensamento e expressão, liberdade de circulação (virtual e real), liberdade de ser, de estar e de agir à luz do princípio da autodeterminação, garantido, na mesma frequência, o direito alheio; liberdade, no limite, de rever, teórica e praticamente, os próprios fundamentos da noção de liberdade, a fim de otimizá-la (na direção acima),

contribuindo para corrigir-lhe eventuais descaminhos, cobrir-lhe as suscetibilidades e realizá-la onde ainda não o foi, de modo casado com uma noção igualmente concreta de equidade social — enfim, uma liberdade que, de tão responsável do ponto de vista social-histórico e fiel a seus compromissos identitários, não hesita, voluntária ou involuntariamente, em contrariar, pela porta da frente e sem temor, até mesmo o Estado de Direito, nos casos em que ele descamba, em bloco e sorrateiramente, para a iniquidade (não importa se maior ou menor), ao protagonizar, não sem cinismo, a erosão de direitos conquistados a duras penas pelos movimentos sociais pregressos, ao longo da história de constrangimentos do capitalismo.

A essa marca de apreço *sine qua non* pelos alicerces de uma democracia radical acresce outra, não menos crucial: a da realização diuturna de uma partilha especial, a um só tempo simbólica e material, ao modo de uma metamorfose coletivamente criadora de valor supremo e conexo, de validade normativa também universal: a solidariedade (efetiva, não abstrata) em relação à alteridade, norte que contextualiza o princípio *a priori* da amizade como *ethos* vital. Quem vive continuamente a dinâmica do *cyberspace* com a decrepitude de uma desconfiança difusa e inveterada certamente tem dificuldades para reconhecer o que um espírito rigorosamente crítico mas, ao mesmo tempo, aberto e livre de condicionamentos por *epistèmes* legadas está apto a sempre testemunhar: o *cyberspace*, ao longo de seu desdobramento social, malgrado embrenhando-se na aparente perpetuação do capitalismo, trouxe consigo, por sua natureza e *modus operandi* sociotécnicos, a possibilidade de levar a cabo, com incomum vivacidade, práticas sociais de dom, de dádiva orientada ao outro, de despesa improdutiva (para evocar Mauss e Bataille), de troca simbólica não lucrativa (para lembrar Baudrillard), uma partilha não econômica, livre das artimanhas cooptadoras do valor de troca capitalista, plena de peso renovado no contexto virtual da rede, uma generosidade que, em sua simplicidade fenomenológica mesma, saúde e abriga a diferença em escala extensa, sem a necessidade, nesse ponto, de sobrelevar a sua rostidade (de que tanto falou Lévinas), para contemplá-la singularmente: trata-se de disponibilizar, de um deixar-levar, de um renunciar-donar, na certeza de que haverá beneficiários, em vez de lhes vender, e isto para impedir o deslocamento do ponto fundamental de referência, a saber, da silhueta da alteridade para a margem de lucro.

De tal forma se pode dizer: ali onde se estabelece a prática do estudioso de algum recorte objetal da cibercultura haverá, bem posto, o exercício, direto ou indireto, da defesa dessas duas marcas — a liberdade e a partilha —, e assim possam elas sempre projetar-se, com distinção, em cada preocupação cognitiva, em cada pesquisa em andamento, em cada atuação correspondente, da maneira mais intensa e definida possível, a bem da imagem pública desse campo de saber. Os incertos ventos institucionais e transnacionais do presente tornam tal pendor político e ético de uma premência sem folga, inclusive para converter as mencionadas marcas em objeto de indagação, explanação e mesmo tensão, visando o refino da autoconsciência histórica acerca da própria praça, dos pró-

prios pertences e da própria atuação. Seja por via de avaliações científico-descritivas de processos e situações específicas, seja mediante a crítica confrontadora de contextos socioculturais e políticos mais amplos, de modo quer utópico, quer acerbamente cético, o pesquisador da cibercultura está, assim, até mesmo quando não o percebe, lastreando, teórica e/ou empiricamente, o que de melhor o humano pode oferecer aos contemporâneos e aos pósteros, em nome da construção de relações sociais livres de violência, tanto mais democráticas quanto mais pacíficas e, portanto, mais articuladas contra a face múltipla da injustiça, desde a mais covarde e em grande escala (como a de Estados belicamente desenvolvidos contra vizinhos ultravulneráveis) à de tipo “invisível” e capilarizada, que passa incólume ao arrepio dos dias, confundida com a normalidade dos hábitos e costumes e das relações sociais. Em função disso, ele oferece a sua cota indispensável e impreterível de contribuição à causa transistórica da dignidade humana, ao encorpar, no presente, o fio que une, com força inelidível, os que deram vidas pelas mesmas causas desde o passado remoto e os que continuarão a fazê-lo, custe o que custar, por séculos adiante, sejam quais forem os fascismos e masmorras do momento.

No mais, vai sem viço a percepção de que uma mutação fenomenal, trazida pela planetarização do *cyberspace*, se opera diante de nossos olhos sem que disponhamos dos prismas conceituais necessários para apreender o que se passa, que dirá para fazer-lhe o devido balanço. Não obstante, o campo de estudos sobre a cibercultura, por sua natureza e propensão, põe-se justamente na dianteira desse labor, para tentar cobrir tal lacuna. Se seus pesquisadores o conseguirem, dependerá apenas de esforço individual e conjunto (sob a boa égide de um sacrifício cognitivo incondicional e normativamente válido), bem como da intensidade de sua vocação ao conhecimento (próxima da melhor ética de missão, cujo resultado é sempre mais sério quanto maior o tempo a ela dedicado).

Eugênio Trivinho

Presidente da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura